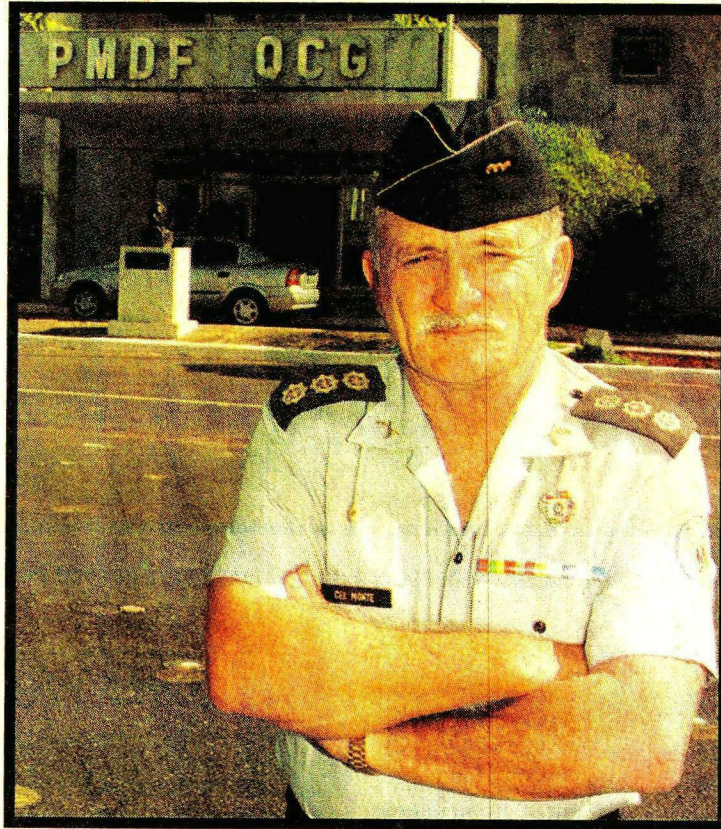


Ministério Público quer punição para coronel que apontou promoções irregulares na corporação e acusou o comandante da tropa e o chefe da Casa Militar de favorecimentos. O oficial está sujeito até a prisão

De denunciante a denunciado

Fabiola Góis
Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

Edson Gês 15.4.02



CORONEL MONTE: "ISSO É UMA TENTATIVA DE ABAFAR AS DENÚNCIAS"

O Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) quer que o Comando Geral da Polícia Militar apure se o coronel Antônio Queiroz Monte feriu o Código de Processo Penal Militar (CPPM) ao denunciar publicamente os seus superiores. Monte é acusado de ter cometido crime de *crítica indevida* — ele acusou o governador Joaquim Roriz, o comandante da PM, Ruy Sampaio, e o chefe da Casa Militar, Cezar Caldas, de promover coronéis irregularmente nos últimos dois anos. As denúncias foram publicadas no **Correio**, há três semanas.

Monte pode ser punido com dois meses a um ano de detenção. Ele e outros dois oficiais — os coronéis Francisco Dal Molin e Mário Moura dos Santos Filho — entraram com uma ação judicial contra Sampaio, Roriz e Caldas porque, devido ao excesso de oficiais, seriam mandados compulsoriamente para a reserva. Pelo artigo 166 do CPPM, todos os militares são impedidos de criticar publicamente atos de seus superiores ou resoluções do governo.

Os promotores Paulo Gomes e Nísio Tostes, da Promotoria Militar, reuniram-se no final da tarde de terça-feira com Ruy Sampaio para saber que providências o comando tomará para apurar a conduta do coronel Monte. Sampaio não quis comentar o assunto com o **Correio**. Argumentou que a investigação corre em segredo de Justiça.

"A hierarquia e a disciplina são os pilares que sustentam o militarismo. Se isso é desrespeitado, cria-se o caos na corporação", afirmou Paulo Gomes. Para o promotor, as desavenças entre oficiais não podem ser tratadas publicamente, sob o risco de provocar um clima de indisciplina generalizada na tropa. "Se quiser contestar algum ato de seu superior, o policial deve apenas procurar a Justiça", explicou.

Monte acusou Ruy Sampaio, Cezar Caldas e Joaquim Roriz de cometerem erros administrati-

vos e de avalizarem promoções irregulares de coronéis em 2000. Na ocasião, havia seis vagas e foram nomeados dez oficiais, o que deixou a PM com excesso de coronéis. "Mais importante do que tentar me prender é os promotores investigarem essas denúncias. Não tenho dúvida de que isso é uma tentativa de abafá-las", rebateu Monte.

OPERAÇÃO BRANCA

Monte deve ser investigado também por outro motivo. Dessa vez, a acu-

sação é de reunião ilícita, crime também definido no CPPM. O tenente-coronel reformado e ex-deputado federal Alberto Fraga (PMDB) e o próprio Monte são acusados pelo MP de insuflarem a tropa para participar de uma *operação branca* — ir para as ruas, mas não trabalhar.

A proposta da operação branca surgiu quando Monte e Fraga se reuniram, na última sexta-feira, com sete membros de entidades representativas da PM. O objetivo era discutir a recondução de Ruy Sampaio ao comando geral, que desagradou parte dos PMs. Por dez dias, Sampaio ficou afastado do cargo porque foi transferido compulsoriamente para a reserva. Por determinação do governador Roriz, ele foi reconduzido ao comando há uma semana.

Monte e Fraga argumentaram, na reunião, que a atitude do governador é ilegal, por desrespeitar lei federal que impede a reconvocação de oficial da reserva para o comando. "Policiais não podem promover reuniões para incitar a tropa. Isso é crime", comentou o promotor Paulo Gomes.

"Esses promotores deveriam ler primeiro a Constituição, que me garante a liberdade de expressão. Eles deveriam tomar providências é com relação à usurpação de função pública que aconteceu dentro da PM", revidou o ex-deputado Alberto Fraga.

Sobre as denúncias de promoções irregulares de coronéis, o comandante Ruy Sampaio foi breve: "Só comento na Justiça".

ENTENDA O CASO

■ O coronel Antônio Queiroz Monte e outros dois oficiais acusam o governador Joaquim Roriz, o comandante da PM, Ruy Sampaio, e o chefe da Casa Militar, Cezar Caldas, de promover irregularmente dez tenentes-coronéis ao posto de coronel nos últimos dois anos. A PM chegou a ter 26 coronéis, sendo que o limite é 13.

■ O coronel Renato Azevedo, diretor de Pessoal da PM, admitiu, em

ofício datado de 30 de outubro de 2001, que foram promovidos coronéis demais em 2000. O caso está sendo investigado pelo Tribunal de Contas do DF.

■ A Promotoria Militar do Ministério Público considerou que o coronel Monte descumpriu o Código de Processo Penal Militar quando acusou publicamente superiores da corporação e quer que ele seja investigado também por outro crime: reunião ilícita.